ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MAREMA

**Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes**

**2016 À 2026**

Outubro de 2016

**Sumário**

Sumário

[**1** **Apresentação do Plano** 3](#_Toc464557232)

[**1.1-** **Aprovação do Plano pelo Conselho Municipal dos Direitos das crianças e Adolescentes** 3](#_Toc464557233)

[**1.2-** **Processo de elaboração do Plano** 4](#_Toc464557234)

[**1.3-** **Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes** 4](#_Toc464557235)

[**1.4-** **Definição etária de crianças e adolescentes** 5](#_Toc464557236)

[**1.5-** **Princípios da Política de Direitos das Crianças e Adolescentes** 5](#_Toc464557237)

[**2** **Marco Situacional– Diagnóstico** 7](#_Toc464557238)

[**2.1-** **Perfil Demográfico e sócio econômico do município** 7](#_Toc464557239)

[**2.2-** **Diagnóstico – DIREITO À VIDA E À SAÚDE** 14](#_Toc464557240)

[**2.3-** **Diagnóstico – DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE e DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA** 17](#_Toc464557241)

[**2.4-** **Diagnóstico Educação: DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA AO ESPORTE E AO LAZER** 18](#_Toc464557242)

[**2.5-** **Diagnóstico – DIREITO A PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO** 23](#_Toc464557243)

[**3.** **Metodologia de Trabalho** 23](#_Toc464557244)

[4. **Ações conforme eixos do Plano Decenal** 25](#_Toc464557245)

[**5-** **Financiamento** 40](#_Toc464557246)

[**6-** **Monitoramento e Avaliação** 40](#_Toc464557247)

[**7-** **Referencias:** 41](#_Toc464557248)

1. **Apresentação do Plano**
	1. **Aprovação do Plano pelo Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes**

O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDCA do Município de Marema/SC, instituído por meio da Lei nº 1014/2013 de 30 de julho de 2013, em conformidade com a reunião ordinária realizada no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2013, APROVOU o Plano Decenal Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e por meio da Resolução nº \_\_\_\_/2016 de \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.

Marema, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de2016

Silvano Ciro Piaceski

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes

* 1. **Processo de Elaboração do Plano**

 O Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Marema 2016 – 2026, foi elaborado a partir do diagnóstico municipal e estabelece as ações e as metas a serem alcançadas na área dos direitos humanos das Crianças e dos Adolescentes pelas políticas públicas do município de Marema

 É um instrumento de gestão, destinado a fortalecer, orientar e ampliar as estratégias de participação da sociedade civil e principalmente do governo municipal, com um único objetivo que é contribuir para garantia de acesso universal de direitos humanos das Crianças e dos Adolescentes. Assim, o plano tem por objetivo apresentar os elementos que servirão de parâmetro de atuação às políticas públicas municipais, bem como para os governantes municipais, para os próximos 10 anos, quando se trata das políticas públicas destinadas as Crianças e Adolescentes do município de Marema-SC.

 Neste sentido, a elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes de Marema 2016 – 2026, tornou-se um desafio para a Comissão de Elaboração do Plano Decenal, pois foi pensado e elaborado por representantes das diversas áreas que de uma ou outra forma estão ligadas a rede de atendimento às crianças e adolescentes, contando com a participação da sociedade civil.

A comissão de elaboração do Plano Decenal foi escolhida em plenária na III Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (2015) com algumas adaptações, sendo esta nomeada por meio de Decreto Municipal número 093/2016 de 10 de agosto de 2016.

* 1. **Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes**
1. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA

O CMDCA foi criado pela Lei Municipal de nº1014/2013 de 30 de julho de 2013, composto por 08 conselheiros, destes 04 de representação governamental e 04 de representação da sociedade civil (não governamental), e seus respectivos suplentes. Este conselho tem por objetivo principal a defesa dos direitos das crianças e adolescentes do município, intervindo em toda e qualquer forma de violência e/ou negligência contra crianças e adolescentes.

1. Conselho Tutelar – CT

O CT do município de Marema está instituído há vários anos, no entanto foi alterado no ano de 2013 por meio da Lei Municipal 1014/2013, sendo composto por 10 (dez) membros, destes 05 (cinco) titulares e 05(cinco) suplentes eleitos pela população do município de Marema. O CT é mais um espaço de defesa intransigente dos direitos das crianças e adolescentes, este com a colaboração do CMDCA, contribuem para o saudável desenvolvimento das crianças e adolescentes, intervindo nas situações de vulnerabilidade e risco, a fim de defender esta população prioritária.

1. Poder Judiciário

Marema é município pertencente à região da Comarca do município de Xaxim, sendo os casos encaminhados à Vara da Infância e Juventude e Promotoria de Justiça deste município.

* 1. **Definição etária de crianças e adolescentes**

Tendo por base o Estatuto da Criança e Adolescente, “Considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”(Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

* 1. **Princípios da Política de Direitos das Crianças e Adolescentes**

Os direitos das crianças e adolescentes estão firmados na constituição federal, bem como, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e é nestes direitos que o presente plano se guiará.

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo VII (Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso) já ressalta que é dever de todos, Estado e sociedade e família, assegurar com absoluta prioridade os direitos das crianças e adolescente, direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária. É também dever de todos não colocar nenhuma criança e/ou adolescente em situação de negligência, violência, discriminação, exploração, ou qualquer outra situação que venha a trazer prejuízos físicos, psicológicos, sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trata de cada direito fundamental, regulamentando o disposto na CF1988, definindo as responsabilidades da família, sociedade, Estado, bem como, das crianças e adolescentes.

A Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes são norteados por oito princípio, estes oriundos da CF1988, ECA, Convenções, sendo os últimos três voltados a organização da Política para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. São eles:

1. Universalidade dos direitos com equidade e justiça social;
2. Igualdade de direito à diversidade;
3. Proteção integral para a criança e o adolescente;
4. Prioridade absoluta para a criança e o adolescente;
5. Reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos;
6. Descentralização político administrativo;
7. Participação e controle social; e,
8. Intersetorialidade e trabalho em rede.

# **Marco Situacional– Diagnóstico**

* 1. **Perfil Demográfico e Sócio Econômico do Município**

Por volta de 1945 começaram a chegar os primeiros moradores, procedentes do Rio Grande do Sul. Na sua maioria de origem italiana, outros poloneses e alemães. Encontraram uma concentração de banhados, povoados de marrecas, surgindo à primeira denominação da caducidade. Há duas versões sobre a atual denominação: uma se refere à variação do uso e pronúncia do nome que acabou se transformando em Marema e a outra, é a mais provável que havia confusão, especialmente na correspondência postal, com o primeiro nome de outro município, hoje Francisco Beltrão que era Marrecas.

Os primeiros moradores do núcleo habitado foram José Reck, Alfredo Mayer, André Lunardi e Marcelino Lunardi que se dedicavam á agricultura e pecuária, de modo especial à suinocultura.

**Tabela 01** – Aspectos gerais e históricos do município de Marema

|  |
| --- |
| Aspectos Gerais e Históricos |
| Localização – Mesorregião IBGE | Oeste Catarinense |
| Coordenadoria Regional do SEBRAR/SC | Regional Oeste |
| Associação dos Municípios  | AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani |
| Secretaria Regional de Desenvolvimento Regional de SC | SDR – Xanxerê |
| Área territorial (Km2) | 104 |
| Distancia da Capital (km) | 543 |
| Altitude (metros) | 417 |
| População Total 2010 | 2.203 |
| Densidade demográfica 2010 (hab/km2) | 21,26 |
| Data de fundação | 11/06/1988 |
| Colonização  | Italiana, alemã e polonesa. |
| Gentílico | Maremense |
| Números de Eleitores | 1.959 |

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. - Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado do Planejamento, 2012. – Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/SC (UGE), Estrutura Organizacional das Coordenadorias Regionais. - Federação Catarinense de Municípios (FECAM). - Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR).

Em 1988 foi criado o município de Marema – SC, pela Lei nº 1.112 de 11 de junho de 1988 desmembrado de Xaxim. Sua instalação deu-se em 01 de junho de 1989. Marema faz parte da Comarca de Xaxim – SC.

O município de Marema situa-se na latitude Sul de 26º 48’ 08’ e na longitude oeste 52º 37’31”. Está localizado no oeste do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil.

**Figura 1** - Localização do município.



Fonte Google Maps.

O município localiza-se a 417 metros acima do nível do mar. Sua distância rodoviária em relação a capital do estado, Florianópolis é de 617 km e de Xanxerê sede AMAI 34 km. Com uma área de 104 km2.

O município de Marema limita-se:

* Ao norte: Quilombo e Entre Rios
* Ao Sul: Xaxim e Lajeado Grande
* Ao leste: Entre Rios e Lajeado Grande
* Ao oeste: Quilombo e Coronel Freitas

 A bacia hidrográfica do município é formada pelo rio denominado Chapecó, tendo como afluentes os rios: Chapecozinho, Golfo e Saudades.

 O clima do município é mesotérmico com verões quentes e invernos frios, sendo a sua temperatura média anual de 17,2º C.

 A população do município é de 2.203 habitantes, segundo Censo Demográfico de 2010. Desse total estão localizados na área rural 1.443 e 760 habitantes na área urbana. A origem da população é de descendentes italianos.

Sendo 1.135 de homens e 1.068 de mulheres.

**Gráfico 01.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Gráfico 02.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A população Maremense fica na faixa etária de 15 à 69 anos como mostra o gráfico a seguir.

**Gráfico 03.** População de Marema por Faixa etária**.**



A população de Marema apresentou no ano de 2010, redução de 16,90% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou 2.203 habitantes, o equivalente a 0,04% da população do Estado. O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

**Gráfico 04.** – População total de Marema, no período de 1980 a 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Baseado no Censo Populacional (IBGE) de 2010, Marema possuía uma densidade demográfica 21,3 hab/km2, conforme demonstra o gráfico a seguir.

**Gráfico 05.** – Densidade demográfica de Marema, no período 1980 a 2010.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Ainda relacionado à faixa etária da população, compete mencionar a questão da população economicamente ativa (PEA), que se caracteriza por abranger todos os indivíduos de um lugar que, em tese, estariam legalmente aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e desempregados.

No Brasil, o IBGE calcula a PEA como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. Apesar do trabalho de crianças ser ilegal no Brasil, o IBGE calcula a PEA considerando pessoas a partir dos 10 anos de idade, uma vez que a realidade no país, por vezes, mostra situações diferentes do que prega a lei.

O gráfico a seguir apresenta a PEA do município para os anos de 2000 e 2010, tomando por base a metodologia do IBGE.

**Gráfico 06.** – População economicamente ativa em Marema, em 2000 e 2010. (%PEA)



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Conforme mostrado, no decorrer dos 10 anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução negativa de 1,1% no percentual da população economicamente ativa, passando de 59,3% no ano 2000, para 58,2% em 2010.

Indicadores de desenvolvimento Humano municipal (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Marema, apresentado na tabela a seguir, alcançou 0,743, colocando o município na 695° posição nacional.

**Tabela 02.** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Marema, no ano de 2010.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Ranking Nacional IDHM** | **IDHM** | **IDHM Renda** | **IDHM Longevidade** | **IDHM Educação** |
| 2010 | 695° | 0,743 | 0,748 | 0,862 | 0,636 |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

**Tabela 3.**

|  |
| --- |
| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Marema - SC |
| IDHM e componentes | **1991** | **2000** | **2010** |
| IDHM Educação | 0,232 | 0,438 | 0,636 |
| % de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo | 20,36 | 20,79 | 40,48 |
| % de 5 a 6 anos frequentando a escola | 26,55 | 82,20 | 100,00 |
| % de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental | 41,87 | 78,08 | 95,42 |
| % de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo | 13,28 | 55,95 | 65,48 |
| % de 18 a 20 anos com ensino médio completo | 17,63 | 37,61 | 57,85 |
| IDHM Longevidade | 0,761 | 0,849 | 0,862 |
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 70,67 | 75,91 | 76,70 |
| IDHM Renda | 0,546 | 0,686 | 0,748 |
| Renda per capita (em R$) | 239,09 | 570,77 | 840,58 |

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Evolução:

Entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,634 em 2000 para 0,743 em 2010 - uma taxa de crescimento de 17,19%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 70,22% entre 2000 e 2010.Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,198), seguida por Renda e por Longevidade.

 Entre 1991 e 2000 o IDHM passou de 0,459 em 1991 para 0,634 em 2000 - uma taxa de crescimento de 38,13%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 67,65% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,206), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2010 de 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,459, em 1991, para 0,743, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 61,87% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 47,50% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,404), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

**Gráfico 07.** Índice de Desenvolvimento Humano.



Incidência de pobreza no município:

Segundo os dados do Censo 2010, o município de Marema possuía a incidência de 1,5% da população com renda familiar per capita de até R$ 70,00, 4,2% com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo e 13,0% da população com renda familiar per capita de até 1/4 salário mínimo.

A figura a seguir demonstra um panorama dos municípios catarinenses frente à incidência da extrema pobreza, ou seja, com renda familiar per capita de até R$ 70,00.



Fonte: IBGE, censo 2010.

* 1. **Diagnóstico – DIREITO À VIDA E À SAÚDE**

A avaliação do desempenho municipal em relação aos aspectos ligados à saúde foi associada ao acompanhamento de indicadores demográficos, natalidade e mortalidade.

Natalidade:

A taxa bruta de natalidade é o número de crianças que nasce anualmente para cada mil habitantes, em uma determinada área. Em 2011, a taxa bruta de natalidade de Marema era de 8,8 nascidos por mil habitantes, apresentando um acréscimo de 38,85% entre 2007 e 2010, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 04** – Taxa bruta de natalidade por 1.000 habitantes, segundo Marema, Santa Catarina e Brasil, no período de 2007 a 2011.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano | Marema | Santa Catarina | Brasil |
| 2007 | 5,6 | 13,5 | 16,6 |
| 2008 | 10,0 | 14,1 | 16,4 |
| 2009 | 6,2 | 14,1 | 16,0 |
| 2010 | 7,7 | 13,8 | 15,8 |
| 2011 | 8,8 | .... | .... |
| Evolução 2007/ 2010  | **38,85%** | **2,22%** | **-4,82%** |

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS (DATASUS), 2011.

Importante denotar que a taxa de Marema, em 2010, foi 44,1% menor que a taxa de Santa Catarina e 51,1% menor que a do Brasil.

Dados da Secretaria Municipal de Saúde apontam que em 2015 totalizaram 26 nascidos vivos, aumentando a taxa de natalidade para aproximadamente 13 nascidos vivos por mil habitantes, a maior taxa de natalidade registrada nos últimos anos.

Quanto às mães adolescentes, o número é considerável, sendo registradas no ano de 2015, entre 12 e 17 anos, 03 mães adolescentes.

Mortalidade:

As doenças do aparelho circulatório são as principais causas de morte no Município de Marema, seguidas pelas neoplasias, doenças do aparelho respiratório e causas externas.

**Tabela 05**: Nº de Óbitos por Ano do Óbito segundo Causas-Capítulos CID10 (2006-2015)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Causas-Capítulos CID10 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Total |
| TOTAL | 15 | 12 | 16 | 13 | 8 | 13 | 7 | 17 | 9 | 10 | 120 |
| Algumas doenças infecciosas e parasitárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Neoplasias (tumores) | 3 | 2 | 2 | 4 | 2 | 1 | 2 | 4 | 1 | 3 | 24 |
| Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas | - | - | - | - | 1 | - | 1 | - | 2 | 1 | 5 |
| Doenças do sistema nervoso | 2 | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | 3 |
| Doenças do aparelho circulatório | 2 | 7 | 6 | 5 | 3 | 4 | 3 | 7 | 2 | 3 | 42 |
| Doenças do aparelho respiratório | 4 | 2 | 6 | 1 | 1 | 2 | 1 | 3 | - | - | 20 |
| Doenças do aparelho digestivo | 1 | - | - | - | - | 4 | - | 1 | - | 1 | 7 |
| Doenças da pele e do tecido subcutâneo | - | - | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | 2 |
| Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Doenças do aparelho geniturinário | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Algumas afec originadas no período perinatal | 1 | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 2 |
| Causas externas (acidentes,homicícios e suicídios) | 1 | - | 1 | 2 | - | 2 | - | 2 | 3 | 1 | 12 |

Sendo que, no ano de 2015 os dados do estado de Santa Catarina mostram exatamente esta configuração.

**Tabela 06:** % de óbitos por causa por Causas-Capítulos CID10 segundo Ano do Óbito (2015)

|  |  |
| --- | --- |
| Causas-Capítulos CID10 | 2015 (%) |
| Doenças do aparelho circulatório | 27,67 |
| Neoplasias (tumores) | 21,65 |
| Doenças do aparelho respiratório | 11,94 |
| Causas externas (acidentes,homicícios e suicídios) | 11,49 |

Em 2010, a taxa bruta de mortalidade infantil de Santa Catarina era de 11,2 mortos por mil nascidos vivos, 30% menor do que no Brasil. Os dados referentes ao município, Estado e País estão apresentados na tabela a seguir.

**Tabela 07** – Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos, em Marema, Santa Catarina e Brasil, no período de 2007 a 2011.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano | Marema | Santa Catarina | Brasil |
| 2007 | - | 12,8 | 20,0 |
| 2008 | - | 11,7 | 17,6 |
| 2009 | - | 11,2 | 16,8 |
| 2010 | 58,8 | 11,2 | 16,0 |
| 2011\* | - | .... | .... |
| Evolução 2007/2010 | **-** | **-12,50%** | **-20,00%** |

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2011.

 Os últimos óbitos de crianças menores de um ano foram registrados nos anos de 2006 e 2010, sendo um óbito em cada ano, ambos tendo como causa: CID 10 –Algumas afec originadas no período perinatal, conforme pode ser observado em tabela 05.

Em relação a mortalidade materna, o município de Marema não tem notificações na última década.

Esperança de Vida ao Nascer:

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 0,8 anos na última década, passando de 75,9 anos, em 2000, para 76,7 anos, em 2010. Em 1991, era de 70,7 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

**Tabela 08** – Esperança de vida ao nascer em Marema, em 1991 a 2010.

|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Marema |
| 1991 | 70.7 |
| 2000 | 75.9 |
| 2010 | 76.7 |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 a 2010.

Vacinação:

 A meta vacinal no colocada pelo Estado é de 95%, no entanto, o município de Marema tem a meta alcançada em 100%. Esta número é possível, pois o município é pequeno, e as equipes de saúde conseguem manter vínculo direto com as famílias.

* 1. **Diagnóstico – DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE e DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

Casos de violência contra criança e adolescente, nas diferentes expressões são atendidos pela rede socioassistencial do município. Sendo as denúncias de violência contra criança e adolescentes encaminhadas à secretaria de saúde para atendimento e notificação, após encaminhado ao conselho tutelar, bem como encaminhamento diretamente ao conselho tutelar.

Dados da Secretaria Municipal de Saúde, ano referência 2015, apontam:

**Tabela09:**Notificações SINAN - Marema

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Masculino | Feminino | Criança ou adolescente | Total  |
| 2015 | 04 | 04 | 02 | 08 |
| 1º semestre 2016 | 02 | 00 | 01 | 02 |

Entre as duas notificações de crianças e adolescente em 2015, uma adolescente de 15 anos, violência física que resultou em morte. E outro de 09 anos, violência física, psicológica e moral.

 Conforme dados obtidos com o Conselho Tutelar, entre 2006 e 2015, destaca-se:

**Tabela 10:** Notificações Conselho Tutelar - Marema

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Violência Física e Psicológica | Sexual | Trabalho Infantil |
| Crianças | 20 | 01 | 00 |
| Adolescentes | 15 | 03 | 02 |

 Avaliando as tabelas é possível perceber que são muitos os casos notificados de violência contra criança e adolescente, considerando ainda a subnotificação existente, e a dificuldade de registro e consequentemente de relatórios mais precisos, considerando que o sistema de registro utilizado pelo Conselho Tutelar (SIPIA) não está ativado no município.

 Dentre as medidas socioeducativas aplicadas para adolescentes que cometeram ato infracional, destaca-se os registros entre 2012 e 2015, conforme tabela, sendo todos referente à Prestação de Serviço à Comunidade – PSC.

**Tabela 11:** Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ANO | Número de Adolescente | Motivo |
| 2012 | 00 | ---- |
| 2013 | 03 | 02Violência Física/Agressão01 Direção sem Habilitação |
| 2014 | 04 | 02 Direção sem Habilitação02 Violência Física/Agressão |
| 2015 | 01 | 01 Dirigir sem Habilitação |

Quanto às medidas socioeducativas de Liberdade Assistida – LA, Semi-Liberdade ou Internação o município de Marema não possui nenhum caso registrado.

 Como foi possível perceber a quantidade de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de PSC é bastante elevado, sendo oito casos registrados, 50% crimes relacionados com o Trânsito e 50% relacionado à brigas, violência doméstica.

 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, é trabalhado juntamente com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com oficinas e atividades diárias, sempre encaminhadas pelas políticas públicas municipais (saúde, educação, agricultura), Conselho tutelar e identificada pela equipe de referência do CRAS.

* 1. **Diagnóstico Educação: DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA AO ESPORTE E AO LAZER**

Educação Infantil:

Definida como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Deve ser oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos de idade, conforme a LDB - Lei n.º 9394/96, Art. 29, nos incisos I e II, Art. 30, com alterações dadas pela Lei nº 12.796/2013.

O acesso gratuito à Educação Infantil é um direito social constitucional e cabe aos municípios a expansão da oferta, com cooperação técnica e financeira da União e dos estados (Artigo 211, § 2 e Artigo 30, Inciso VI, da Constituição Federal).

Com a ampliação da obrigatoriedade da Educação Básica, a pré-escola deixa de ser facultativa e passa a ser etapa obrigatória. Isso representa um marco histórico de reconhecida importância para a educação brasileira, mas, a aprovação da lei não é garantia de criança na escola, uma vez que ainda há uma parcela considerável de crianças de 4 a 5 anos de idade fora dela. Atualmente, no País cerca de 82,2% das crianças de 4 a 5 anos estão na escola. Em Santa Catarina esse percentual sobe para 84,6%, e no município sobe para 100 % de atendimento.

Na Educação infantil estão matriculadas (agosto/2016) no município de Marema:

**Tabela 12**: Crianças matriculadas Educação Infantil agosto/2016

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Meninos | Meninas | Total |
| 0 a 3 anos | 13 | 11 | 24 |
| 4 a 5 anos | 20 | 18 | 28 |
| Total | 33 | 29 | 62 |

**Gráfico 08:** Turnos frequentados pelas crianças entre 0 e 3 anos

Quanto aos turnos de atendimento às crianças, é possível perceber que a prioridade das famílias é o período vespertino, quando se fala em creche.

Já quanto as crianças do pré-escolar, as turmas são divididas pelas idades, ficando o pré 04 à tarde com 20 crianças e o pré 05 pela manhã com 18 crianças.

Ensino Fundamental:

O Ensino Fundamental, segunda etapa obrigatória da Educação Básica, passou a ter duração de nove anos a partir da Lei n. 11.274/2006, com ampliação da faixa etária recomendada (6 a 14 anos). É um direito subjetivo social garantido constitucionalmente que tem como objetivo a formação básica do indivíduo.

O Ensino Fundamental é composto pelos anos iniciais (faixa etária de 6 a 10 anos) e pelos anos finais (faixa etária de 11 a 14 anos) é incumbência prioritária dos municípios (LDB, 1996, Artigo 11, inciso V), em colaboração com os Estados, respeitada as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público (LDB, 1996, Artigo 10, Inciso II).

No município de Marema, o Ensino fundamental está divido, sendo as séries iniciais de responsabilidade do município e as séries finais responsabilidade do estado.

**Gráfico 09:**Número de Crianças e adolescentes no Ensino Fundamental

Segundo as informações da Secretaria Municipal de Educação, não tem nenhuma crianças com idade entre 06 e 10 anos (séries iniciais) fora da escola, também não é identificado nenhuma distorção série/idade nesta fase.

Nas séries finais, segundo informações da Escola Estadual, todos os adolescentes que abandonaram os estudos foram encaminhado para a Educação de Jovens e Adultos, restando em distorção série/idade cerca de 6 adolescentes.

Ensino Médio:

É dever prioritário dos Estados a oferta do Ensino Médio, última etapa obrigatória da Educação Básica, para todos que demandarem inclusive àqueles que não puderam concluí-lo na idade certa, conforme Artigo 10, Inciso VI, da LDB (redação dada pela Lei nº 12.061/2009).

Nos últimos anos, em decorrência dos dispositivos legais, diversas políticas públicas para o Ensino Médio foram criadas e aplicadas com o intuito de galgar a universalização desta etapa de ensino à população de 15 a 17 anos de idade. Exemplo disso, foi a criação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A aplicação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) também tem reduzido o índice de alunos que não completaram o Ensino Médio. Além de ser uma estimativa de como está a aprendizagem no Ensino Médio.

Atualmente estão matriculados:

**Gráfico 10:** Matriculas no Ensino Médio

 Com a transformação do ensino fundamental (de 8 para 9 anos) este ano, 2016, o município não possui alunos na 2ª série do ensino médio.

 Educação Especial:

Em 2008 foi deflagrada a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Governo Federal. As diretrizes estabelecidas pelas políticas estadual e federal têm possibilitado um incremento importante no total de matrículas de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, na Educação Básica.

O Município de Marema não possui escola especializada, mas mantém um convênio com o município de Xaxim que possui APAE (Escola Especializada), onde são atendidas 07 alunos, sendo uma criança, um adolescente e cinco adultos.

É pertinente colocar que alguns daqueles que estudam na APAE também frequentam o Ensino Regular, e algumas crianças que possuem deficiência frequentam apenas o ensino regular com o auxílio de um segundo professor, conforme a necessidade.

Educação de Jovens e Adultos:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), prevista na Constituição Federal e regulamentada pela LDB como modalidade da Educação Básica, tem se tornado um importante instrumento para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos.

Ainda de acordo com a LDB, em seus Artigos 37 e 38, a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, determinando aos sistemas de ensino a garantia de gratuidade do ensino, por meio de cursos e exames supletivos, a partir de oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Estabelece também, como parâmetros a viabilização, o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Propõe a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Estabelece a idade mínima de 15 anos para ingresso no Ensino Fundamental e de 18 anos para o Ensino Médio, e regulamenta da mesma forma a idade para realização de exames de certificação.

A alfabetização de jovens e adultos para a elevação de escolaridade é ofertada em Marema por meio da parceria com o Estado. Atualmente temos em funcionamento em nosso município uma unidade descentralizada do EJA Xanxerê-SC (município próximo) que pertence a rede estadual de ensino que atende:

**Gráfico 11**: Matrículas agosto 2016 no EJA

Com o gráfico acima, é possível perceber o grande quantitativo de pessoas em busca da escolaridade, no entanto está dado é preocupante, considerando que destes 6 alunos cursando o ensino fundamental tem idade entre 15 e 18 anos.

Cultura:

O município nos últimos anos investiu em curso de dança, possui projeto de música e retomou as atividades da banda municipal, tendo como objetivo proporcionar a musicalidade entre as pessoas. A banda de sopro constitui-se somente de crianças entre 09 e 12 anos de idade, já a banda fanfarra é composta por 50% de crianças. Assim, são atendidas 20 crianças ao total.

Esporte e Lazer:

Em relação ao esporte e lazer o município investe na iniciação ao futsal, por meio da comissão municipal de esportes – CME, que atente meninos e meninas a partir dos seis anos, divididos por faixa etária, totalizando 73 participantes.

* 1. **Diagnóstico – DIREITO A PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO**

O município de Marema pactuou juntamente com o governo federal o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), buscando ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda, na oportunidade abriram-se vagas para profissionalização, principalmente para jovens.

O trabalho de aprendiz para adolescente no município é escasso, poucas vagas estão disponíveis a eles, deste modo, muitos buscam o trabalho informal, e algumas vezes insalubre.

Em 2014, firmou-se convênio entre a Prefeitura Municipal de Marema e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, por meio da lei nº 1056/2014, abrindo deste modo espaço para contratação de estagiários remunerados, totalizando, em agosto de 2016, 12 estagiários ativos.

1. **Metodologia de Trabalho**

Para planejamento e elaboração deste Plano Decenal foi elaborado um cronograma de trabalho, sendo que, adaptações foram feitas conforme a necessidade.

|  |  |
| --- | --- |
| DATA | ATIVIDADE |
| 05/08/2016 | Reunião Comissão – Planejamento |
| 09/08/2016 | Consulta propostas crianças escola |
| 12/08/2016 | Elaboração Diagnóstico |
| 24/08/2016 | Entrega das propostas |
| 02/09/2016 | Reunião Comissão Elaboração Ações |
| 16/09/2016 | Reunião Comissão Elaboração Ações |
| 23/09/2016 | Reunião Comissão Elaboração Ações |
| 07/10/2016 | Finalização do Plano |
| 07/10/2016 a 12/10/2016 | Tempo para leitura e organização textual |
| 19/10/2016 a 19/11/2016 | Liberação para consulta pública |
| 22/11/2016 | Assembleia para aprovação do plano |
| 02/12/2016 | Encaminhamento para o CEDCA |

1. **Ações conforme eixos do Plano Decenal**

EIXO I: Promoção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

DIRETRIZ 01: Promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, das instituições e da sociedade.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| OBJETIVO ESTRATÉGICO | METAS | AÇÕES | PRAZO | RESPONSÁVEIS |
| Promover o respeito aos direitos da criança e do adolescente na sociedade em geral e nos meios de comunicação de modo a consolidar uma cultura de cidadania. | 100% dos estabelecimentos orientados. | Divulgação e fiscalização da lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas e cigarros para crianças e adolescentes | 2017 | Conselho TutelarCMDCA |
| Eventos anuais | Atividades para incentivar a cultura e outros assuntos de aspecto importante para as faixas etárias, buscando colocar uma atividade que chame a atenção para que participem, formando grupos de estudos envolvendo profissionais de várias áreas para aprofundamento e discussões de questões de seus interesses com leituras e debates de questões práticas e legais | 2018 | Poder Executivo |
| Criação de pelo menos dois grupos de jovens com diferentes faixas etárias. | Incentivo para a criação de grupos de jovens no município. | 2018 | CMDCASecretaria Municipal de Assistência Social |
| Fortalecer as competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e adolescentes no espaço doméstico. | Atividades Semestrais | Vincular projetos e atividades que atendam o núcleo familiar, dando ênfase para a responsabilidade dos pais, reforçando os laços familiares, sendo articulado com profissionais capacitados. | 2018 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo Carbonera |
| Atividade Anual | Informar as crianças e familiares à respeito do uso dos meios de comunicação no que se refere aos conteúdos adequados ou não para a sua faixa etária e como isso influencia na vida das crianças e adolescentes. | 2017 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo Carbonera |
| Atividade Semestral | Promover momento de debate, discussão sobre os direitos humanos das crianças e adolescentes, bem como os cuidados que demandam, juntamente com as famílias inseridas na política de assistência social. | 2017 | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| 100% das gestantes com companheiro/ familiar presente no grupo | Fortalecer e acompanhar o grupo de gestantes com a participação dos pais e familiares, para que desde a gestação a família se responsabilize mutuamente pelo cuidado com as crianças. | 2017 | Secretaria Municipal de Saúde |
| Fomentar a cultura da sustentabilidade socioambiental no processo de educação em direitos humanos com crianças e adolescentes. | Aquisição de área/espaçoImplementação de área/espaço | Criação de área verde, com espaço para caminhada (trilha), convivência. | 2024 | Poder Executivo(aquisição)Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente |
| Projeto de reciclagem | Realizar atividade de educação, conscientização e execução do projeto, envolvendo crianças, adolescentes e famílias. | 2017 | Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Agricultura e Meio AmbienteSecretaria de Assistência Social |
| Implementar a formação dos direitos humanos de crianças e adolescentes na educação básica, em atendimento à Lei no. 11.525/07. | Inserção do tema nas disciplinas. | Contemplar direitos humanos, como tema transversal e interdisciplinar, por meio de aulas e materiais explicativos, possibilitando a participação de profissionais especializados na área. | 2017 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo Carbonera |

DIRETRIZ 02: Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade, que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias, que contemplem a superação das desigualdades, com promoção da equidade e afirmação da diversidade.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| OBJETIVO ESTRATÉGICO | METAS | AÇÕES | PRAZO | RESPONSÁVEIS |
| Fortalecer políticas públicas de erradicação da pobreza e de superação das iniquidades. | Estabelecer ação como um dos critérios de acesso à habitação.  | Garantir prioridade de acesso aos programas de habitação às famílias que possuem entre seus membros crianças e adolescentes. | 2020 | Conselho Municipal de Habitação |
| Adotar mecanismos que garantam registro o civil e a documentação básica de crianças e adolescentes. | 100% das crianças registradas até o 5º dia de vida | Orientação ainda no pré-natal sobre a importância do registro civil. | 2017 | Secretaria municipal de saúdeSecretaria municipal de Assistência Social |
| 100% das crianças na escola com registro civil. | Efetivar as matrículas das crianças na escola somente com a apresentação dos documentos básicos das mesmas, não impedindo a frequência na escola. | 2017 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo Carbonera |
| Fortalecer a Política Pública de Assistência Social, na oferta de serviços de proteção social básica e especial às crianças, adolescentes e famílias que delas necessitem. | 100% das famílias acompanhadas | Acompanhamento sistemático às famílias que demandam dos serviços de proteção social especial. | 2017 | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| Aumentar em 25% o número de famílias prioritárias envolvidas nas oficinas | Incentivar a participação das famílias nos projetos, oficinas, serviços oferecidos. | 2018 | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| Garantia de oficinas diversificadas para atendimento diariamente | Aprimoramento de oficinas para atendimento às crianças e adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | 2017 | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| Construção espaço adequado | Construção de espaço para o desenvolvimento de oficinas, atividades vinculadas ao SCFV, tendo salas adaptadas para a execução das diversas oficinas. | 2019 | Poder executivoPoder LegislativoSecretaria Municipal de Assistência Social |
|  | Serviço de atendimento à domicilio |  |  |
| Fortalecer políticas de segurança alimentar, para erradicação da fome e melhoria da qualidade nutricional de crianças e adolescentes. | Aumentar o número de produtores de alimentos orgânicos livres de agrotóxicos. | Incentivo à produção orgânica, sem agrotóxicos | 2018 | Secretaria de AgriculturaEPAGRI |
| Cursos e projetos. | Projeto que oriente as crianças e adolescentes quanto a produção, manejo e comercialização de produtos orgânicos | 2018 | Secretaria de agricultura(parcerias:saúde, cultura, educação...) |
| Famílias com hortas domiciliares | Estimular as famílias a construir e manter hortas domiciliares | 2019 | Secretaria Municipal de Agricultura EPAGRI |
| Construção da horta de produto orgânicos | Ampliar e fortalecer uma horta municipal com a produção de alimentos orgânicos (exclusivo), destinando-os para consumo nas escolas/creche e outros espaços públicos. | 2018 | Poder executivo |
| Desenvolver atividades para o desenvolvimento de uma vida saudável no ambiente escolar | Elaboração e confecção Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo Carbonera de livro de receitas.Estudar a pirâmide alimentar e a importância de cada alimento para a saúde e o bem estar. | 2017 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEb Profº Zelindo CarboneraSecretaria Municipal de Saúde |
| Consolidar políticas de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias. | Todos os adolescentes encaminhados para clinicas de tratamento sejam atendidos | Garantia de atendimento em clínica especializada para tratamento de adolescentes usuários de Drogas | 2017 | Poder executivoSecretaria Municipal de Saúde |
| Todas as famílias acompanhadas | Acompanhamento das famílias daqueles adolescentes em tratamento. | 2017 | Secretaria Municipal de SaúdeSecretaria Municipal de Assistência Social |
| Atividades educativas com crianças, adolescentes e jovens | Fortalecer as atividades intersetoriais junto às crianças, adolescentes e jovens, abordando temáticas de interesse comum, visando a prevenção de doenças, gravidez não planejada, uso de drogas, acidentes dentre outros riscos que este público está exposto. | 2017 | Secretaria Municipal de SaúdeSecretaria Municipal de EducaçãoSecretaria Municipal de Assistência Social |
| Universalizar o acesso, e promover a permanência de crianças e adolescentes na educação básica, concluída em idade adequada, garantindo aprendizagem com qualidade e a educação integral e em tempo integral, com a ampliação de tempos, espaços e oportunidades. | Ampliação escola municipal | Requalificar a estrutura da escola, ampliando os espaços de convivência e ensino. | 2020 | Poder executivoSecretaria Municipal de Educação |
| Garantir o acesso para todas as faixas etárias na educação básica. | Ações estratégicas para inclusão e permanência das crianças e adolescentes na escola. | 2017 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo carbonera |
| 01 laboratório em funcionamento | Implementação de laboratórios escolares, administrados por profissionais qualificados, com o intuito de tornar a prática de ensino-aprendizagem mais interessante e útil às crianças e adolescentes. | 2020 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo carbonera |
| 100% do público alvo atendido | Garantir às crianças e adolescentes com deficiência o acesso aos serviços de atendimento educacional especializado e APAE como forma de auxiliá-los em seu desenvolvimento integral e aprendizagem educacional.  | 2019 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo carbonera |
| Buscar a contratação de segundos professores e interpretes de libras qualificados para atendimento, quando necessário. |
| Consolidar a oferta da formação profissionalizante de qualidade, integrado ao ensino médio. | Diminuir o êxodo rural | Cursos que incentivem os adolescentes e jovens a permanecerem na agricultura. | 2022 | Secretaria Municipal de AgriculturaSecretaria Municipal de Assistência Social |
| Garantir a oferta de curso semestral | Ampliar a disponibilidade de cursos profissionalizantes para adolescentes no contra turno escolar, observando a demanda dos estudantes, possibilitando a preparação para o mercado de trabalho. | 2022 | Secretaria Municipal de Assistência SocialSecretaria Municipal de Educação |
| Adesão do projeto | Dar continuidade ao Projeto JEPP (Jovens Empreendedores Primeiros Passos) para desenvolver a capacidade de administração econômica e possibilidades criativas de abrir espaço no mercado de trabalho. | 2018 | Secretaria Municipal de EducaçãoEEB Profº Zelindo Carbonera |
| 100% dos alunos sejam beneficiados | Ampliar o subsidio para transporte de alunos que frequentam cursos superiores ou profissionalizantes e que se deslocam para outras cidades, incentivando os adolescentes a estudarem e permanecerem em seu município. | 2018 | Poder executivo |
| Ampliar o acesso a programas de profissionalização, aprendizagem e inserção no mercado de trabalho dos adolescentes a partir dos 14 anos, de acordo com a legislação vigente. | Ampliação de vagas | Estimular a adesão de mais empresas ao Programa Jovem Aprendiz, aumentando a oportunidade de estágios priorizando os adolescentes do município. | 2020 | Poder executivo |
| Ampliar o acesso e a oferta de políticas culturais, que nas suas diversas expressões e manifestações, considerem o desenvolvimento de crianças e adolescentes e o seu potencial criativo. | Criação de espaço | Criar projeto para casa de cultura. | 2021 | Secretaria Municipal de Cultura |
| Participação de pelo menos 02 encontro por ano | Criar e estimular encontros intermunicipais entre jovens e adolescentes, visando a troca de experiências artísticas, culturais, esportivas e outras que possam ser de interesse comum. | 2018 | Secretaria Municipal de CulturaSecretaria Municipal de Esporte |
| Capacitar todos os profissionais para o melhoramento de atendimento e aprendizagem das crianças. | Implementar no planejamento escolar atividades e projetos complementares que promovam o desenvolvimento criativo e cultural das crianças. | 2022 | Secretaria Municipal de Educação |
| Manter as oficinas com profissionais qualificados | Fortalecer oficinas de música, arte, informática conjugadas com o currículo escolar. | 2017 | Secretaria Municipal de Educação |
| Ampliar o acesso a políticas e programas, que garantam o direito ao esporte e ao lazer, assegurando a participação de crianças e adolescentes com deficiência. | Criar um espaço | Criação de espaço de convivência, com a possibilidade de realizar múltiplas práticas esportivas e de lazer, respeitando a acessibilidade. | 2023 | Poder ExecutivoSecretaria Municipal de Esporte |

**EIXO II: Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes**

DIRETRIZ 03: Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Promover a implantação e o funcionamento de conselhos tutelares em todos os municípios, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CONANDA. | 100% dos conselheiros capacitados | Oportunizar o acesso aos programas de capacitação continuada aos Conselheiros Tutelares | 2017 | CMDCAConselho Tutelar |

DIRETRIZ 04: Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. | Menor tempo possível de institucionalização | Criar estratégias de atendimento e acompanhamento que possibilite o retorno com a maior brevidade possível à sua família de origem ou família acolhedora. | 2017 | Secretaria Municipal de Assistência SocialConselho tutelar |
| Atualização da legislação municipal | Atualizar a lei de Abrigo Domiciliar , adaptando-a a nova legislação vigente | 2017 | Secretaria Municipal de Assistência SocialPoder Legislativo |
| Formular parâmetros e estruturar uma rede integrada de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência, em suas diversas formas. | Criação de protocolo | Criar protocolos de atendimentos para a proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes | 2018 | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| Potencializar a divulgação  | Criar meio informativo referente a situações de violência contra criança e adolescente, visando o rompimento dos ciclos de violência, a preservação da integridade da criança e/ou adolescente. | 2017 | Secretaria Municipal de Assistência SocialConselho Tutelar |
| Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência sexual contra crianças e adolescentes. | Aprimorar as estratégias existentes | Mobilizações para prevenção da violência sexual. | 2017 | Secretaria Municipal de Assistência SocialConselho Tutelar |
| Reativação Fórum pelo fim da violência e a exploração sexual infanto-juvenil | Reativar Fórum pelo fim da violência e a exploração sexual infanto-juvenil | 2017 | Coordenação do Fórum pelo fim da violência e a exploração sexual infanto-juvenil |
| Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador. | Diagnóstico | Construir diagnóstico referente às crianças e adolescentes em trabalho infantil | 2017 | Secretaria Municipal de Assistência SocialConselho Tutelar |
| Nenhuma criança e/ou adolescente em situação de trabalho infantil | Promover a efetiva participação das crianças e adolescentes em trabalho infantil no PETI | 2018 | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| Implementar os serviços e programas de proteção dos direitos e responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei, de acordo com os parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. | Ao menos um encontro anual com poder judiciário/promotoria | Estreitar laços de comunicação entre o poder judiciário e as unidades de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas | 2018 | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| Definir e implementar políticas e programas de enfrentamento à morbimortalidade de crianças e adolescentes por causas externas, contemplando ações de prevenção, proteção, reabilitação e atenção integral às vítimas de acidentes e violências. | Elaboração de um plano de ações. | Desenvolvimento de atividades estratégicas voltadas ao objetivo. | 2017 | CMDCA |
| Fortalecer e aprimorar os mecanismos de denúncia e notificação de violações dos direitos de crianças e adolescentes. | Abranger todas as denúncias por meio de notificações | Encaminhamento das situações/casos de violência (física, psicológica e sexual) contra criança e adolescente à UBS para atendimento, notificação e acompanhamento. | 2017 | Secretaria Municipal de Saúde |
| Criação de um sistema municipal de recebimento e notificação de violência contra crianças e adolescentes | 2017 | CMDCA |
| 100% dos profissionais capacitados | Capacitar os profissionais da rede para que possam identificar as crianças que sofrem algum tipo de violência familiar. | 2018 | CMDCA |
|  |  |  |  |  |

**EIXO III: Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes**

Diretriz 05:Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a expressão livre de crianças e adolescentes sobre os assuntos à eles relacionados e sua participação organizada, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Promover a participação de crianças e adolescentes, nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação,, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. | Participação de ao menos um adolescente/jovem em cada conselho | Estratégias para a inserção de crianças e adolescentes nos conselhos existentes no município,, possibilitando o entrosamento e a participação cidadã. | 2018 | CMDCA |
| Requalificar grupos de representação estudantil | Fortalecer a atuação de Grêmios Estudantis nas escolas como oportunidade para adolescentes se envolverem e participarem projetando-se como lideres e representantes de seus pares | 2017 | EEB Prof. Zelindo Carbonera |
| Adesão do público alvo | Incentivo à participação nos programas legislativos (Jovem Senador, Vereador Mirim e outros). | 2017 | EEB Prof. Zelindo CarboneraPoder Legislativo |
| Ao menos um jovem participando de cada comissão | Inclusão de jovens nas comissões organizadoras de eventos e projetos municipais. | 2017 | Poder executivo |
| Democratizar o acesso aos meios de comunicação para que crianças e adolescentes possam se expressar e manifestar suas opiniões | Dispor do espaço de comunicação | Criar espaço virtual ou mecanismo impresso para manifestação de opiniões, críticas, sugestões dos mais variados assuntos. | 2018 | Poder executivo |
|  |  |  |  |  |

**EIXO IV: Controle Social da Efetivação dos Direitos**

Diretriz 06: Universalização e fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente para assegurar seu caráter paritário, deliberativo e controlador, garantindo a natureza vinculante de suas decisões.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Promover a implantação universal dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, fortalecendo suas atribuições de mobilizar a sociedade, formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes. | Funcionamento pleno do CMDCA | Fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes | 2017 | Comissão do plano decenalSec. Municipal de Assistência Social |
| Desenvolver metodologias e sistemas de monitoramento e avaliação do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. | Fiscalização de 100% das atividades do Plano Decenal | Acompanhamento do plano e elaboração de relatório anual. | 2018 | Comissão de elaboração do Plano Decenal |
|  |  |  |  |  |

**EIXO V: Gestão da Política**

Diretriz 07: Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Estabelecer mecanismos e instâncias para a articulação, coordenação e pactuação das responsabilidades de cada esfera de governo, na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. | Aprovação e publicação de resolução | Criar resolução que legalize,, viabilize e responsabilize o governo municipal a executar o plano. | 2017 | CMDCA |
|  |  |  |  |  |

Diretriz 08: Efetivação da prioridade absoluta, no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo, para a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Dotar a Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, de recursos suficientes e constantes para a plena implementação das ações do Plano Decenal, não sujeitas a limitação de empenho, anualmente na LDO. | Destinação de recursos | Estabelecer através de PPA, LOA e, LDO recursos para desenvolver as ações deste Plano. | 2017 | Poder executivoPoder LegislativoSetor Contábil |
|  |  |  |  |  |

Diretriz 09: Qualificação de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com especial atenção para a formação continuada de conselheiras e conselheiros dos direitos e tutelares.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Implementar uma política de formação, para atuação de profissionais nas Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes, com ênfase na rede de conselheiros e conselheiras dos direitos e tutelares. | Capacitar 100% dos conselheiros | Disponibilização de acesso aos programas de capacitação continuada para os conselheiros tutelares e de direito | 2019 | CMDCA |
|  |  |  |  |  |

Diretriz 10: Implementação de monitoramento gerencial do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Desenvolver metodologias de monitoramento e avaliação do Plano Decenal no âmbito do governo Municipal. | Realizar reunião | Reunião anual com a comissão de elaboração do Plano Decenal, independente de qual setor o membro estiver vinculado, para avaliação da execução e adaptação deste conforme as necessidades do público alvo. | 2017 | Comissão |
|  |  |  |  |  |

Diretriz 11: Produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência, aplicada ao processo de formulação de Políticas Públicas.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETIVO ESTRATÉGICO** | **METAS** | **AÇÕES** | **PRAZO** | **RESPONSÁVEIS** |
| Ampliar as linhas de financiamento de pesquisas e publicações no campo da promoção, proteção e defesa e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes. | Uma publicação bianual | Incentivar pesquisas e publicações relacionadas ao público infanto-juvenil, que venham contribuir com a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes | 2019 | Poder executivo |
|  |  |  |  |  |

1. **Financiamento**

O financiamento da Política dos Direitos das Crianças e Adolescentes é de responsabilidade do Estado, com contribuição de todos os entes federados, visando assegurar com prioridade absoluta seus direitos.

1. **Monitoramento e Avaliação**

 A estruturação do sistema de monitoramento e avaliação da Política é compreendida enquanto estratégia central para o processo de coleta, articulação e análise de informações, a fim de produzir subsídios que possam incidir no aprimoramento permanente da gestão da política municipal. Para tanto, a adoção de ações que possibilitam o avanço da gestão de forma transparente, democrática e com compromisso da qualidade dos serviços prestados, apontam para a necessidade de articular tecnologia da informação com procedimentos sistemáticos de avaliação e monitoramento por parte dos diferentes sujeitos sociais que operam junto as políticas públicas para crianças e adolescentes.

O processo de avaliação e monitoramento se constitui como base para o estabelecimento efetivo de uma gestão pública democrática e participativa. Por conseguinte, compreende-se que para a efetivação do sistema municipal de monitoramento e avaliação da Política, precisa-se de ações estratégicas, além do compromisso, dedicação de todos os agentes públicos envolvidos com ela.

Assim, o sistema de monitoramento e avaliação a ser implementado no município de Marema, buscará, por meio de ações estratégicas alcançar os objetivos, respeitando as particularidades da população Maremense, bem como, a legislação vigente.

1. **Referencias:**

**Indicadores de Saúde**. Disponível em: <http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3791&Itemid=58>. Acesso em 01 de ago de 2016

MAREMA. **Plano Municipal de Assistência Social**: 2014 a 2017.

MAREMA. **Plano Municipal de Educação:** 2015 a 2025.

**Sistema de Informação sobre Mortalidade** (SIM). Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?Ind_DM_Mort_Idade/DM_a08_graf.def>. Acesso em 01 de ago de 2016.

1. **Anexos:**

Anexo 01: Decreto sobre a nomeação da Comissão Intersetorial

Anexo 02: Lista de presença da Assembleia para discussão e aprovação do Plano Decenal Municipal